

## Educação do Campo no Brasil: Políticas Públicas, Princípios Pedagógicos e a Integração com a Agroecologia, Revisão de Literatura

**Rosiomar Lobato Pinheiro Rodrigues**

<https://orcid.org/0009-0001-6910-8509>

**Maria Barbara da Costa Cardoso**

<https://orcid.org/0000-0003-4184-1052>

### Resumo

O presente artigo aborda a educação do campo como uma modalidade educacional voltada para atender às especificidades das populações rurais, articulando políticas públicas, princípios pedagógicos e a relação com a agroecologia. Por meio de uma revisão bibliográfica de estudos publicados entre 2014 e 2024, o trabalho analisa os avanços e os desafios enfrentados na implementação dessa proposta educacional no Brasil. Políticas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) foram destacadas por seu impacto na inclusão educacional, embora enfrentem barreiras relacionadas à descontinuidade e à fragmentação. Além disso, os princípios pedagógicos da contextualização, interdisciplinaridade e valorização dos saberes locais são analisados como fundamentais para a construção de uma educação contextualizada e emancipadora, mas ainda apresentam dificuldades de aplicação prática devido à falta de formação docente adequada e recursos insuficientes. A agroecologia surge como um eixo integrador, fortalecendo a sustentabilidade e a soberania alimentar nas comunidades rurais. Conclui-se que a educação do campo, além de constituir um instrumento de transformação social e cultural, revela-se uma estratégia capaz de integrar a sustentabilidade ao currículo e de promover maior autonomia das comunidades rurais — contribuição ainda pouco explorada em análises anteriores. Sua efetividade, contudo, depende de maior articulação entre políticas públicas, formação docente e engajamento comunitário.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Políticas públicas. Agroecologia. Saberes Locais.



Recebido em: maio. 2025. Aceito em: setembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.695

***Estudos do Cotidiano: a ciência do hoje***

*Outubro, 2025, v. 3, n. 31*

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



## Rural Education In Brazil: Public Policies, Pedagogical Principles, And Integration With Agroecology, Bibliographic Review

### Abstract

This article addresses rural education as an educational modality aimed at meeting the specific needs of rural populations, articulating public policies, pedagogical principles, and the relationship with agroecology. Through a bibliographic review of studies published between 2014 and 2024, the study analyzes the advances and challenges faced in the implementation of this educational proposal in Brazil. Policies such as the National Program for Education in Agrarian Reform (Pronea) and the Support Program for Higher Education in Rural Education (Procampo) were highlighted for their impact on educational inclusion, although they face barriers related to discontinuity and fragmentation. In addition, the pedagogical principles of contextualization, interdisciplinarity, and the valorization of local knowledge are analyzed as fundamental for the construction of a contextualized and emancipatory education, but they still present practical application difficulties due to the lack of adequate teacher training and insufficient resources. Agroecology emerges as an integrating axis, strengthening sustainability and food sovereignty in rural communities. It is concluded that rural education, in addition to being an instrument of social and cultural transformation, proves to be a strategy capable of integrating sustainability into the curriculum and promoting greater autonomy for rural communities — a contribution still little explored in previous analyses. Its effectiveness, however, depends on greater articulation between public policies, teacher training, and community engagement.

**Keywords:** Rural Education. Public policies. Agroecology. Local knowledge.

## Educación Rural en Brasil: Políticas Públicas, Principios Pedagógicos e Integración con la Agroecología, Revisión Bibliográfica

### Resumen

Este artículo aborda la educación rural como una modalidad educativa orientada a satisfacer las necesidades específicas de las poblaciones rurales, articulando políticas públicas, principios pedagógicos y la relación con la agroecología. A través de una revisión bibliográfica de estudios publicados entre 2014 y 2024, el estudio analiza los avances y desafíos enfrentados en la implementación de esta propuesta educativa en Brasil. Políticas como el Programa Nacional de Educación en Reforma Agraria (Pronea) y el Programa de Apoyo a la Educación Superior en Educación Rural (Procampo) fueron destacadas por su impacto en la inclusión educativa, aunque enfrentan barreras relacionadas con la discontinuidad y la fragmentación. Además, los principios pedagógicos de contextualización, interdisciplinariedad y valorización del conocimiento local se analizan como fundamentales para la construcción de una educación contextualizada y emancipadora, pero aún presentan dificultades de aplicación práctica debido a la falta de una adecuada formación docente y a la insuficiencia de recursos. La agroecología surge como un eje integrador, fortaleciendo la sostenibilidad y la soberanía alimentaria en las comunidades rurales. Se concluye que la educación rural, además de ser un instrumento de transformación social y cultural, demuestra ser una estrategia capaz de integrar la sostenibilidad en el currículo y promover una mayor autonomía para las comunidades rurales, una contribución aún poco explorada en análisis anteriores. Su efectividad, sin embargo, depende de una mayor articulación entre las políticas públicas, la capacitación docente y la participación comunitaria.

**Palabras clave:** Educación Rural. Políticas públicas. Agroecología. Conocimiento local.

## INTRODUÇÃO

A educação do campo representa uma área de estudo e prática que busca consolidar o direito à educação como instrumento de transformação social e fortalecimento das comunidades rurais. No entanto, historicamente, as populações camponesas têm sido submetidas a um modelo educacional urbano-centrado, frequentemente inadequado às suas realidades socioculturais e econômicas. Essa exclusão estrutural reflete-se em questões como o acesso limitado à educação básica de qualidade, a ausência de políticas públicas consistentes e a desvalorização dos saberes locais (Santos, 2018). Dados recentes do Censo Escolar de 2023 indicam que, em média, mais de 30% das escolas rurais não possuem biblioteca e cerca de 20% não têm acesso à internet, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais que comprometem a aprendizagem (INEP, 2023). Nesse cenário, intensifica-se o debate sobre a necessidade de um modelo educacional diferenciado, que contemple as especificidades do campo e contribua para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

O problema central que permeia esta pesquisa está no desafio contínuo de assegurar uma educação capaz de atender às demandas das comunidades camponesas, respeitando suas particularidades e promovendo seu desenvolvimento integral. Embora políticas públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) tenham representado avanços importantes, observa-se uma lacuna significativa entre o discurso político e a efetiva implementação dessas iniciativas (Molina; Antunes-Rocha, 2014). Essa lacuna tem se agravado com os recentes retrocessos em políticas educacionais no âmbito do Ministério da Educação (MEC), que resultaram em cortes orçamentários e na descontinuidade de programas voltados ao campo (Brasil, 2022). Muitas escolas ainda carecem de infraestrutura básica adequada, de recursos humanos especializados e de currículos que dialoguem com as realidades locais (Santos; Silva, 2016). Além disso, a fragmentação das políticas públicas e a instabilidade institucional limitam

a consolidação de um projeto nacional robusto para a educação do campo (Molina, 2017).

A lacuna que esta pesquisa busca preencher está relacionada à falta de análises críticas recentes que articulem as políticas públicas vigentes com os impactos concretos da descontinuidade e dos retrocessos institucionais. A pergunta norteadora que orienta este estudo é: de que maneira as políticas públicas, os princípios pedagógicos e a integração com a agroecologia podem contribuir para superar as desigualdades históricas e os desafios contemporâneos da educação do campo no Brasil?

A justificativa para esta revisão encontra-se na relevância social, política e educacional do tema. A educação do campo constitui não apenas uma estratégia de inclusão social, mas também uma forma de resistência frente às desigualdades estruturais que historicamente marcaram as relações entre o campo e a cidade. Como argumenta Molina (2015), a expansão das licenciaturas em educação do campo representou um marco relevante, mas insuficiente diante da complexidade dos desafios. Nesse sentido, compreender as tensões, potencialidades e limites das políticas públicas voltadas para o campo é essencial para subsidiar propostas que fortaleçam as práticas educacionais e promovam o protagonismo das populações rurais. Além disso, investigar a relação entre a educação do campo e a agroecologia abre espaço para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, conforme destacado por Sousa (2017).

O objetivo geral deste estudo é analisar as contribuições e os desafios da educação do campo no Brasil, considerando as políticas públicas, os princípios pedagógicos e as práticas educacionais que norteiam essa modalidade. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar as principais políticas públicas que deram suporte à educação do campo, como o Pronera e o Procampo; discutir os princípios pedagógicos fundamentais para a consolidação de uma educação contextualizada e emancipadora; e examinar as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito das licenciaturas em educação do campo, com foco em sua contribuição para a formação de educadores e a valorização dos saberes locais.

A metodologia adotada para este estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica, com ênfase nas contribuições de autores renomados na área, como Molina (2019), Santos (2017) e Camacho (2014). A escolha dessa abordagem justifica-se pela ampla produção acadêmica disponível, que permite uma análise crítica e integrada sobre o tema. Além disso, a revisão dialoga com pesquisas recentes, como as de Hayashi et al. (2016), que ressaltam a relevância de estudos bibliométricos para identificar tendências e lacunas na área da educação do campo.

Portanto, este artigo busca contribuir para a compreensão crítica das tensões e potencialidades da educação do campo, propondo alternativas que consolidem o direito à educação para as populações camponesas. Essa reflexão se faz necessária em um contexto de intensas transformações sociais, econômicas e políticas, que exigem uma educação comprometida com a justiça social e o fortalecimento das identidades coletivas do campo. Assim, o estudo pretende fortalecer o debate acadêmico e político sobre a educação do campo, destacando sua relevância como espaço de resistência, emancipação social e sustentabilidade.

## METODOLOGIA

O presente artigo é caracterizado como um estudo de revisão narrativa de literatura, com enfoque na análise crítica de produções acadêmicas e documentos relevantes sobre a educação do campo. Essa abordagem foi escolhida por ser adequada à compreensão das complexidades e desafios associados ao tema, permitindo o levantamento, a sistematização e o confronto de perspectivas teóricas e empíricas de diferentes autores e fontes.

O corpus documental foi composto por artigos científicos, teses, livros e documentos institucionais que abordam as políticas públicas, os princípios pedagógicos e a relação entre agroecologia e educação rural. Esses materiais foram selecionados por sua relevância teórica e prática para a discussão, abrangência temática e contribuição para o campo da educação do campo. Foram priorizadas produções publicadas entre 2014 e 2024, com algumas exceções justificadas pela relevância histórica ou caráter pioneiro dos autores (ex.: Molina; Santos; Camacho; Sousa).

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados. O processo de análise envolveu a leitura integral das obras selecionadas, seguida de fichamento e categorização dos conteúdos, a fim de identificar os principais achados, convergências e divergências entre os autores. Foram estabelecidas as seguintes categorias temáticas para nortear a discussão: (i) políticas públicas voltadas à educação do campo, (ii) princípios pedagógicos e valorização dos saberes locais e (iii) integração da agroecologia como eixo estruturante das práticas educacionais no campo.

Para garantir a qualidade e a validade do estudo, foi realizada uma triangulação entre as fontes, confrontando diferentes perspectivas e contextualizando as informações no panorama educacional brasileiro. Essa metodologia qualitativa possibilitou não apenas a identificação de avanços e limitações das iniciativas analisadas, mas também o delineamento de caminhos futuros para o fortalecimento da educação do campo.

A interpretação dos dados foi fundamentada em um diálogo constante entre os referenciais teóricos e as evidências apresentadas nas obras selecionadas, assegurando coerência argumentativa e integração dos diferentes tópicos discutidos no artigo. A seguir, apresenta-se um quadro síntese com os principais temas identificados na revisão:

Quadro 1 – Categorias temáticas e principais aspectos discutidos

| <b>Categoria temática</b>                            | <b>Aspectos principais</b>                                                                           |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Políticas públicas                                   | Pronera, Procampo, descontinuidade de programas, fragmentação das políticas e retrocessos recentes.  |
| Princípios pedagógicos e saberes locais              | Contextualização curricular, interdisciplinaridade, pedagogia da alternância e valorização cultural. |
| Agroecologia e sustentabilidade na educação do campo | Integração de práticas agroecológicas, soberania alimentar e fortalecimento comunitário.             |

Fonte: elaborado pela autora, 2025

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Políticas Públicas e Suas Implicações na Educação do Campo

A Educação do Campo no Brasil tem suas raízes vinculadas às lutas dos movimentos sociais por reconhecimento, inclusão e valorização das populações camponesas. Durante décadas, essas comunidades enfrentaram a marginalização de suas demandas no cenário educacional, marcada por políticas públicas insuficientes e um sistema centralizado que priorizava as dinâmicas urbanas. Nesse contexto, programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) emergiram como respostas institucionais à necessidade de atender às especificidades da educação rural. Contudo, apesar dos avanços iniciais, a implementação dessas políticas revelou desafios que comprometem sua efetividade e continuidade (Santos; Silva, 2016; Molina, 2017).

O Pronea, criado em 1998, tornou-se um marco no atendimento educacional das comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária. Conforme Santos e Silva (2016), o programa foi pioneiro ao incorporar princípios como a pedagogia da alternância e a valorização dos saberes locais, promovendo uma educação contextualizada. No entanto, o Pronea enfrenta dificuldades relacionadas à descontinuidade de recursos, fragilidade na gestão e dependência de articulações políticas, fatores que limitam sua abrangência. Nesse sentido, Molina (2017) destaca que, embora o Pronea tenha sido uma conquista histórica, sua implementação fragmentada muitas vezes desconsidera as especificidades culturais e territoriais das comunidades beneficiadas.

O Procampo, por sua vez, estabelecido em 2008, focou na formação de educadores para atuarem no campo, oferecendo cursos de licenciatura específicos. Segundo Molina e Antunes-Rocha (2014), o Procampo desempenhou um papel fundamental na estruturação de um modelo de formação que respeita a diversidade cultural das populações rurais. Contudo, Camacho (2014) critica o programa por sua dependência excessiva de parcerias institucionais e por não garantir um financiamento sólido, o que comprometeu a

expansão das licenciaturas em várias regiões. Essa análise é reforçada por Santos (2017), que aponta a falta de continuidade política como um dos principais entraves para o fortalecimento do Procampo.

Outro ponto crucial é a fragmentação das políticas públicas voltadas à Educação do Campo. Santos (2018) ressalta que a ausência de um plano nacional coeso e articulado contribui para a dispersão de iniciativas, dificultando a consolidação de uma estratégia educacional integrada. Nesse aspecto, Molina (2015) argumenta que as políticas públicas, ao não reconhecerem plenamente as singularidades do campo, acabam reproduzindo modelos urbanos inadequados. Camacho (2014) complementa ao afirmar que o distanciamento entre as diretrizes governamentais e as realidades locais das populações rurais compromete o impacto das ações educacionais, gerando resultados inconsistentes.

Além disso, as políticas públicas frequentemente enfrentam resistência em sua operacionalização, especialmente em regiões onde a infraestrutura básica é deficitária. De acordo com dados do Censo Escolar de 2023, mais de 3.200 escolas rurais foram fechadas entre 2018 e 2022 em todo o país, muitas vezes por falta de alunos ou pela priorização de nucleações escolares (INEP, 2023). Esse fechamento em larga escala agrava o fenômeno do êxodo rural e compromete a permanência dos estudantes no campo. Molina e Antunes-Rocha (2014) relatam que muitas escolas do campo operam em condições precárias, sem acesso a recursos pedagógicos essenciais e com uma infraestrutura insuficiente para atender às necessidades dos alunos e professores. Para Santos e Silva (2016), a ausência de investimentos adequados reflete a falta de priorização política, agravando ainda mais as desigualdades históricas enfrentadas pelas comunidades rurais.

A relação entre políticas públicas e os movimentos sociais também é um fator relevante no debate. Santos (2017) observa que o protagonismo dos movimentos sociais foi decisivo para a criação de programas como o Pronera, evidenciando a importância da participação popular na formulação de políticas educacionais. Contudo, Molina (2017) alerta que, em muitos casos, as demandas dos movimentos sociais são apenas parcialmente incorporadas, resultando em programas que não refletem integralmente as aspirações das

comunidades. Essa lacuna, segundo Camacho (2014), enfraquece o vínculo entre as políticas e seus beneficiários, dificultando sua aceitação e efetividade.

A instabilidade política no Brasil também afeta diretamente a continuidade das políticas públicas na Educação do Campo. Molina (2015) aponta que mudanças de governo frequentemente resultam em alterações drásticas nas prioridades educacionais, levando à descontinuidade de programas fundamentais. Santos e Silva (2016) reforçam que a ausência de uma legislação sólida que garanta a perenidade das políticas voltadas ao campo deixa essas iniciativas vulneráveis a cortes orçamentários e mudanças de orientação ideológica.

Apesar das críticas, há avanços inegáveis proporcionados por essas políticas. Molina e Antunes-Rocha (2014) destacam que o Pronera e o Procampo contribuíram para a ampliação do acesso à educação em áreas historicamente excluídas, promovendo maior inclusão social e econômica. Além disso, iniciativas como a pedagogia da alternância e a contextualização curricular têm se mostrado eficazes na promoção de uma educação mais conectada às realidades locais, permitindo o fortalecimento das identidades culturais e sociais do campo (Santos, 2018; Sousa, 2017).

Contudo, a sustentabilidade das políticas públicas na Educação do Campo requer a superação de desafios estruturais. Molina (2017) defende que a criação de um marco regulatório robusto, aliado a um financiamento contínuo e consistente, é essencial para assegurar a perenidade dessas iniciativas. Além disso, Santos (2018) sugere a necessidade de maior articulação entre os diferentes níveis de governo e os movimentos sociais, visando a construção de políticas mais inclusivas e representativas.

### **Princípios Pedagógicos e Valorização dos Saberes Locais**

A Educação do Campo destaca-se por incorporar princípios pedagógicos que valorizam as especificidades das populações rurais, conectando o currículo escolar às realidades socioculturais e econômicas do campo. Esses princípios baseiam-se na contextualização, na interdisciplinaridade e na valorização dos saberes locais, elementos essenciais para a construção de uma educação emancipadora e transformadora. Dos Santos Alencar (2015) enfatiza que a

valorização dos saberes do campo permite que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de suas histórias, reforçando sua identidade cultural. Nesse sentido, Molina e Antunes-Rocha (2014) argumentam que os princípios pedagógicos da Educação do Campo vão além da transmissão de conteúdos, articulando práticas educativas com os desafios e potencialidades das comunidades rurais.

A contextualização curricular é um dos principais pilares da Educação do Campo, pois conecta o processo de ensino-aprendizagem às vivências dos educandos. Sousa (2017) aponta que a contextualização promove a interação entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes tradicionais, fortalecendo a autonomia das populações rurais. Por outro lado, Santos (2018) critica que muitas instituições ainda enfrentam dificuldades para incorporar a contextualização de forma efetiva, devido à falta de formação docente adequada e ao uso de materiais pedagógicos padronizados, alheios às realidades locais. Esse desafio também é destacado por Molina (2015), que afirma que a ausência de políticas públicas voltadas à formação de professores dificulta a implementação de currículos contextualizados.

Outro princípio central é a interdisciplinaridade, que possibilita uma abordagem integrada das áreas do conhecimento, promovendo uma visão holística dos fenômenos. Segundo Camacho (2014), a interdisciplinaridade é fundamental para superar a fragmentação do ensino e aproximar os conteúdos escolares das experiências cotidianas do campo. Entretanto, Santos e Silva (2016) observam que a interdisciplinaridade enfrenta resistência em sua aplicação prática, especialmente em sistemas educacionais marcados por uma visão tradicional e segmentada do conhecimento. Nesse sentido, Molina e Antunes-Rocha (2014) destacam que, embora a interdisciplinaridade seja um objetivo explícito das licenciaturas em Educação do Campo, sua prática ainda esbarra na formação insuficiente dos educadores para lidar com metodologias integradas.

A valorização dos saberes locais também ocupa um papel de destaque na Educação do Campo, reconhecendo as práticas, tradições e culturas das comunidades como parte fundamental do processo educativo. Para Dos Santos Alencar (2015), essa valorização é um instrumento de resistência frente à

homogeneização cultural imposta pelo modelo urbano-centrado. Sousa (2017) corrobora essa visão ao afirmar que o reconhecimento dos saberes locais fortalece os laços comunitários e promove a autoestima dos educandos, contribuindo para a preservação das identidades rurais. Por outro lado, Santos (2018) alerta que, em muitos casos, os saberes locais ainda são vistos como secundários em relação aos conhecimentos acadêmicos, refletindo uma hierarquização que limita a efetividade desse princípio.

A pedagogia da alternância é uma das metodologias que mais incorporam os princípios pedagógicos da Educação do Campo, articulando teoria e prática por meio de ciclos que alternam o tempo escola e o tempo comunidade. Molina (2017) ressalta que essa abordagem potencializa a valorização dos saberes locais, ao permitir que os alunos tragam suas experiências para o ambiente escolar. Contudo, Camacho (2014) observa que a pedagogia da alternância enfrenta desafios significativos, como a dificuldade de articulação entre educadores e comunidades e a falta de infraestrutura adequada para sua implementação. Apesar disso, Santos e Silva (2016) consideram que essa metodologia é uma das mais promissoras para consolidar os princípios pedagógicos da Educação do Campo.

As licenciaturas em Educação do Campo desempenham um papel crucial na formação de educadores capazes de implementar esses princípios pedagógicos. Segundo Molina e Antunes-Rocha (2014), essas licenciaturas oferecem uma formação diferenciada, que prepara os professores para lidar com as especificidades do campo e atuar como mediadores entre o conhecimento acadêmico e os saberes locais. Por outro lado, Santos (2018) critica que, apesar dos avanços, a formação docente ainda é insuficiente em muitos aspectos, especialmente no que se refere ao acesso a recursos pedagógicos e à oferta de cursos em regiões remotas.

Do ponto de vista prático, a adoção efetiva desses princípios pedagógicos exige mudanças estruturais tanto na formação de professores quanto na organização curricular. Na formação docente, torna-se necessário incluir disciplinas que abordem metodologias ativas, pedagogia da alternância, interdisciplinaridade e contextualização curricular com base em experiências do campo. Isso implica reformular currículos de licenciaturas, ampliando estágios

supervisionados em escolas rurais e garantindo programas de formação continuada. No currículo escolar, a valorização dos saberes locais e da interdisciplinaridade requer a flexibilização de conteúdos, a produção de materiais pedagógicos contextualizados e a inclusão de temas que dialoguem diretamente com as práticas produtivas, culturais e sociais das comunidades rurais.

Embora os princípios pedagógicos da Educação do Campo sejam amplamente reconhecidos como essenciais para uma educação contextualizada e transformadora, sua aplicação prática enfrenta inúmeros desafios. Sousa (2017) argumenta que a efetivação desses princípios depende de um esforço conjunto entre políticas públicas, formação docente e engajamento das comunidades. Molina (2017) acrescenta que a superação dessas barreiras requer uma mudança estrutural no sistema educacional, incluindo maior investimento em infraestrutura e recursos pedagógicos adaptados às realidades rurais. Nesse sentido, Santos (2018) reforça que a implementação de políticas públicas consistentes e de longo prazo é indispensável para garantir que os princípios pedagógicos da Educação do Campo sejam efetivamente incorporados nas práticas educativas.

### **Agroecologia e Sustentabilidade na Educação do Campo**

A relação entre a Educação do Campo e a agroecologia tem ganhado destaque como uma estratégia de fortalecimento das comunidades rurais e promoção de práticas sustentáveis. A agroecologia, entendida como um campo que integra práticas agrícolas e princípios ecológicos, propõe uma abordagem que vai além da produção de alimentos, conectando-se à preservação ambiental, à valorização das culturas locais e à soberania alimentar (Sousa, 2017). Nesse sentido, a Educação do Campo desempenha um papel crucial ao integrar esses elementos em seus currículos e práticas pedagógicas, promovendo uma formação crítica e transformadora. Para Dos Santos Alencar (2015), a articulação entre agroecologia e educação é fundamental para fortalecer a identidade cultural das populações camponesas, ao mesmo tempo que contribui para a sustentabilidade ambiental.

Uma das principais contribuições da agroecologia para a Educação do Campo é sua capacidade de promover um diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos. Sousa (2017) argumenta que esse diálogo permite às comunidades rurais preservarem suas práticas agrícolas ancestrais enquanto incorporam inovações tecnológicas adaptadas às suas realidades. Por outro lado, Santos (2018) observa que, em muitos contextos, as escolas rurais ainda enfrentam dificuldades para integrar a agroecologia em suas práticas pedagógicas devido à falta de formação específica dos educadores e à ausência de políticas públicas que incentivem essa abordagem. Molina (2017) complementa essa análise ao afirmar que, embora existam avanços na incorporação da agroecologia em currículos educacionais, sua aplicação prática ainda depende de um esforço conjunto entre comunidades, escolas e instituições de ensino superior.

Outro aspecto relevante é a conexão entre a agroecologia e a sustentabilidade na Educação do Campo. Segundo Sousa (2017), a introdução de práticas agroecológicas no ambiente escolar contribui para a conscientização ambiental dos educandos, estimulando o desenvolvimento de uma relação harmoniosa com a natureza. Esse ponto é reforçado por Camacho (2014), que destaca a importância de projetos pedagógicos que envolvam os alunos em atividades práticas, como hortas escolares e manejo sustentável de recursos naturais. Contudo, Santos e Silva (2016) alertam que a implementação dessas iniciativas é frequentemente limitada pela falta de infraestrutura e recursos financeiros, o que dificulta sua continuidade e impacto a longo prazo.

Nesse sentido, experiências práticas como as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) destacam-se por articular agroecologia e currículo escolar. Essas instituições, organizadas por meio da pedagogia da alternância, possibilitam que os estudantes vivenciem atividades agrícolas em suas comunidades e tragam esse conhecimento para o espaço escolar, fortalecendo a identidade cultural e a produção sustentável. Além disso, os Institutos Federais (IFs) rurais têm desenvolvido projetos de pesquisa e extensão voltados à agroecologia, como sistemas agroflorestais, hortas comunitárias e capacitação de agricultores familiares, contribuindo para a formação técnica e cidadã dos alunos. Movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST) também desempenham papel relevante por meio de escolas itinerantes, cursos de agroecologia e ações de formação política e técnica para comunidades rurais, evidenciando que a articulação entre agroecologia e educação do campo se consolida a partir de redes colaborativas.

A pedagogia da alternância emerge como uma metodologia que potencializa a integração entre agroecologia e educação. Para Molina e Antunes-Rocha (2014), essa abordagem, ao alternar o tempo escola e o tempo comunidade, possibilita que os alunos apliquem os princípios agroecológicos em suas práticas cotidianas, promovendo uma transformação não apenas individual, mas também coletiva. Entretanto, Santos (2018) aponta que a pedagogia da alternância enfrenta desafios significativos, como a necessidade de formação específica dos educadores e a resistência de algumas comunidades em adotar práticas agroecológicas em substituição às técnicas convencionais.

Além disso, a relação entre agroecologia e soberania alimentar na Educação do Campo também merece destaque. Sousa (2017) argumenta que o ensino agroecológico contribui para a autonomia das comunidades rurais ao fortalecer a produção local de alimentos e reduzir a dependência de insumos externos. Dos Santos Alencar (2015) complementa essa visão ao enfatizar que a soberania alimentar não se limita à produção, mas também inclui a valorização dos hábitos alimentares tradicionais e o respeito às especificidades culturais de cada região. Por outro lado, Camacho (2014) alerta que a introdução de práticas agroecológicas muitas vezes enfrenta barreiras relacionadas à pressão do agronegócio e à dificuldade de acesso a mercados para os produtos oriundos da agricultura familiar.

As licenciaturas em Educação do Campo desempenham um papel central na formação de educadores capazes de integrar a agroecologia em suas práticas pedagógicas. Segundo Molina (2017), esses cursos têm avançado na elaboração de projetos pedagógicos que dialogam com os princípios agroecológicos, proporcionando aos futuros professores uma formação crítica e contextualizada. No entanto, Santos e Silva (2016) ressaltam que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que todos os educadores do campo tenham acesso a uma formação que contemple a agroecologia de maneira estruturada e eficaz.

Os desafios para a institucionalização da agroecologia na educação do campo também estão associados à ausência de políticas públicas consistentes. Molina e Antunes-Rocha (2014) apontam que, embora existam iniciativas pontuais, como projetos de hortas escolares e capacitação de professores, a falta de um marco regulatório que inclua a agroecologia como eixo estruturante das políticas educacionais limita seu impacto. Sousa (2017) reforça que a institucionalização da agroecologia exige um comprometimento político que vá além de ações isoladas, incorporando-a como parte integrante das diretrizes nacionais de educação. Exemplos como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), embora não diretamente voltados às escolas, podem servir como referência para políticas educacionais mais integradas e que valorizem a produção sustentável nos territórios rurais.

Por outro lado, as experiências bem-sucedidas na integração entre agroecologia e Educação do Campo evidenciam o potencial transformador dessa abordagem. Santos (2018) relata exemplos de escolas que, ao adotar práticas agroecológicas, não apenas melhoraram a qualidade da alimentação escolar, mas também fortaleceram o vínculo entre alunos, professores e comunidades. Camacho (2014) acrescenta que essas experiências demonstram como a agroecologia pode ser um instrumento de empoderamento para as populações rurais, promovendo mudanças sociais e econômicas significativas.

Por fim, a relação entre agroecologia e sustentabilidade na Educação do Campo reflete a necessidade de uma educação que vá além da reprodução de conteúdo, atuando como um agente de transformação social e ambiental. Sousa (2017) argumenta que, para consolidar essa integração, é fundamental promover a formação continuada dos educadores, fortalecer as redes de apoio entre escolas e comunidades e garantir investimentos públicos em infraestrutura e recursos pedagógicos. Molina (2017) conclui que a efetivação dessa relação depende de um esforço coletivo que envolva todos os atores do processo educacional, desde as comunidades até os formuladores de políticas públicas.

Assim, a agroecologia, quando integrada à Educação do Campo, apresenta-se como uma estratégia capaz de transformar realidades, promovendo uma educação crítica, sustentável e inclusiva. No entanto, como alertam Santos e Silva (2016) e Camacho (2014), sua institucionalização requer

não apenas o reconhecimento de seu valor, mas também o enfrentamento das barreiras estruturais que limitam seu alcance. Dessa forma, a integração entre agroecologia e Educação do Campo não é apenas uma proposta pedagógica, mas um caminho para a construção de um modelo educacional que contribua para a justiça social e ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo emerge como uma proposta pedagógica e política essencial para o fortalecimento das comunidades rurais, promovendo inclusão social, valorização cultural e sustentabilidade. Por meio da análise das políticas públicas, dos princípios pedagógicos e da integração com a agroecologia, este estudo evidenciou os avanços e os desafios que permeiam a consolidação desse modelo educacional no Brasil.

No campo das políticas públicas, programas como o Pronera e o Procampo demonstraram sua relevância na ampliação do acesso à educação em áreas rurais. Contudo, as lacunas na continuidade e na implementação dessas iniciativas revelam a necessidade de maior articulação entre os diferentes níveis de governo e os movimentos sociais, além de um financiamento consistente e de longo prazo. A fragmentação das políticas e a instabilidade institucional continuam sendo barreiras para a consolidação de uma educação efetivamente transformadora no campo.

Os princípios pedagógicos, por sua vez, destacaram-se como pilares fundamentais para uma educação contextualizada e emancipadora. A valorização dos saberes locais, a interdisciplinaridade e a contextualização curricular são práticas indispensáveis para conectar o ensino às realidades das comunidades rurais. No entanto, a aplicação efetiva desses princípios ainda enfrenta desafios, como a formação insuficiente de educadores e a falta de recursos pedagógicos adequados, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais robustas e inclusivas.

A relação entre agroecologia e Educação do Campo apresentou-se como uma das dimensões mais promissoras para a construção de uma educação sustentável e integrada. A agroecologia, ao promover práticas agrícolas

sustentáveis e a valorização da soberania alimentar, fortalece os vínculos entre as comunidades rurais e o meio ambiente, ampliando o potencial transformador da Educação do Campo. No entanto, a institucionalização dessa abordagem requer esforços coordenados para superar barreiras estruturais e resistências culturais, garantindo que seu impacto seja perene.

Apesar dos avanços mapeados, a literatura ainda apresenta lacunas importantes, como a carência de estudos longitudinais que avaliem o impacto de longo prazo das políticas públicas e das licenciaturas em educação do campo na permanência dos jovens no meio rural. Faltam também pesquisas que articulem indicadores quantitativos de qualidade educacional com as dimensões culturais, ambientais e produtivas das comunidades camponesas. Outro ponto pouco explorado são as experiências exitosas de integração curricular entre agroecologia, saberes locais e tecnologias sociais, que poderiam servir de referência para políticas nacionais.

Diante dessas lacunas, sugerem-se agendas futuras de pesquisa voltadas para: (i) o acompanhamento de egressos das licenciaturas em educação do campo e seu impacto na prática docente; (ii) a análise comparativa entre escolas urbanas e rurais em termos de financiamento, infraestrutura e aprendizagem; (iii) o estudo de modelos pedagógicos que articulem agroecologia, inovação tecnológica e empreendedorismo comunitário.

No campo das políticas educacionais e currículos formativos, recomenda-se: (i) a criação de um marco regulatório que assegure a continuidade dos programas voltados ao campo; (ii) o fortalecimento das Escolas Famílias Agrícolas, Institutos Federais e movimentos sociais como polos articuladores de formação docente e produção agroecológica; (iii) a incorporação obrigatória de práticas contextualizadas e de pedagogia da alternância nos currículos das licenciaturas.

Portanto, a Educação do Campo representa uma alternativa educacional que desafia o modelo urbano-centrado, propondo uma educação que reconheça e valorize as especificidades do campo. Para que essa proposta se concretize de forma efetiva, é indispensável um compromisso político mais sólido, aliado a investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e recursos pedagógicos. Além disso, a articulação entre escolas, comunidades e

movimentos sociais deve ser fortalecida, consolidando a Educação do Campo como uma prática que contribua para a justiça social, a equidade e a sustentabilidade.

Por fim, este estudo reforça a importância da Educação do Campo como um espaço de resistência e emancipação, capaz de transformar realidades e promover o desenvolvimento integral das populações rurais. Avançar nessa agenda exige não apenas a superação de desafios históricos, mas também a valorização do campo como um lugar de produção de conhecimento, cultura e inovação. Nesse sentido, a Educação do Campo não é apenas uma modalidade de ensino, mas um projeto de sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

## REFERÊNCIAS

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Brasília, 2014.

DOS SANTOS ALENCAR, Maria Fernanda. Princípios pedagógicos da educação do campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 39, n. 2, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, p. 587-609, 2017.

MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014.

SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 185-212, 2018.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos; SILVA, Marizete Andrade da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016.

SANTOS, Ramofly Bicalho. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017.

SOUSA, Romier da Paixão. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, p. 631-648, 2017.